



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 8, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE ABRIL DE 2014
3. ALTERAÇÃO À CONTA 51 – “PATRIMÓNIO” NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2013
4. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE E.M. UNIPESSOAL, S.A. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013
5. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 DAS EMPRESAS PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: LUSITÂNIAGÁS, S.A., CENTIMFE, OPEN, VALORLIS, S.A., SIMLIS, S.A. E COOPOVO CRL
6. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO 2013

7. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2013
8. ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 47 DA Z.I. DA MARINHA GRANDE. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA
9. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“INSPEÇÃO MANUTENÇÃO DE GARRAFAS DE CLORO PARA DIVERSAS ESTAÇÕES DE CLORAGEM PARA O ANO DE 2014”*
10. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, DE 1 FEVEREIRO A 31 DE MARÇO DE 2014.
11. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE MARÇO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014
12. REQ. N. 445/14, DATADO DE 9/6/14 – PC N.º 96/14, DATADO DE 28/03/2014 – SIMÕES SILVA E FILHOS, LDA.
13. REQ. N. 264/14, DATADO DE 2014/02/21 – PC N.º 449/13, DATADO DE 2013/12/04 – PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.
14. REQ. N. 345/14, DATADO DE 10/03/2014 – PC N.º 449/13, DATADO DE 04/12/2013 – IMOBILIARIA PONTO NOVO, S.A.
15. REQ. N. 1915/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 440/13, DATADO DE 26/11/2013 – ANA LUÍSA CORREIA DE OLIVEIRA SISMEIRO
16. REQ. N. 1929/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 751/06, DATADO DE 11/12/2006 – RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.
17. REQ. N. 1928/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 750/06, DATADO DE 11/12/2006 – RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.
18. REQ. N. 482/14, DATADO DE 2014/04/02 – PC N.º 441/13, DATADO DE 2013/11/26 – VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO
19. REQ. N. 493/14, DATADO DE 04/04/2014 – PC N.º 227/08, DATADO DE 18/06/2008 – VASCO MIGUEL JESUS FRANCO

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

20. REQ. N. 406/14, DATADO DE 20/03/2014 – PC N.º 41/14, DATADO DE 11/02/2014
– ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA MONTEIRO
21. REQ. N. 466/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 75/14, DATADO DE
14/03/2014 – RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA
22. REQ. N. 278/14, DATADO DE 24/02/2014 – PC N.º 53/13, DATADO DE
01/03/2013 – FOZMOLDES, LDA
23. REQ. N. 397/14, DATADO DE 18/03/2014 – PC N.º 438/13, DATADO DE
22/11/2013 – LUIS GASPAR & FILHOS, LDA.
24. REQ. N. 518/14, DATADO DE 10/04/2014 – PC N.º 17/14, DATADO DE
17/01/2014 – SISTEMAS MCDONALD'S PORTUGAL,LDA.
25. REQ. N. 501/14, DATADO DE 07/04/2014 – PC N.º 83/13, DATADO DE
03/04/2013 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA
26. REQ. N. 420/14, DATADO DE 21/03/2014 – PC N.º 806/05 , DATADO DE
17/11/2005 – ÁLVARO MONTEIRO MARQUES
27. REQ. N. 420/14, DATADO DE 21/03/2014 – PC N.º 806/05 , DATADO DE
17/11/2005 – ÁLVARO MONTEIRO MARQUES
28. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL
– REQUERENTE: IOLANDA VELOSO DOS SANTOS MOITA – RESPONSABILIDADE
CIVIL – DEFERIMENTO.
29. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL -
REQUERENTES: ALEXANDRE MIGUEL MATIAS SOARES E ESPOSA, SÓNIA
MARISA DA COSTA SOARES – INDEFERIMENTO FINAL
30. RECEÇÃO PROVISÓRIA
31. RECOMENDAÇÃO I. RECOMENDAÇÃO II
32. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
33. CD – ARICD REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO – ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS
34. APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO
À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - 2013/2017

35. AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA.
36. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL N.º 44, LOTE 44, À CANDIDATA ADMITIDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL LANÇADO PARA ESTE FIM, EM DEZEMBRO DE 2012 – VÂNIA PATRÍCIA VIEIRA SCHEIDEKER
37. PROPOSTA APRESENTADA PELO SR. VEREADOR AURÉLIO FERREIRA - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2014
38. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreeveu-se para ser atendida a seguinte munícipe:

1 - **Sr.ª Maria Rosária Henriques Barreira Nogueira**, residente na Rua Aprendiz Vidreiro, n.º 5, Embra, Marinha Grande, para solicitar uma habitação social, pois terá que deixar a habitação onde reside até ao final do mês de abril.

A munícipe não compareceu.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** entregou a todos os membros do executivo cópia da comunicação da ANMP, datada de 15/04/2014, relativa à privatização da EGF, que se anexa à presente ata (**Anexo 1**).

- A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** apresentou o pedido que chegou à Câmara, intitulado “Apelo em defesa da Escola Pública”, cujo conteúdo se dá por reproduzido e se anexa à presente ata (**Anexo 2**), colocando o documento à consideração, para que a Câmara Municipal da Marinha Grande subscreva este apelo, a enviar às entidades subscritoras.
- O **Sr. Vereador António Santos** referiu que sobre este assunto tem que pensar melhor, porque a escola privada também tem os seus benefícios.

De seguida apresentou os seguintes assuntos:

- ⇒ Perguntou como está o processo do canil e gatil, uma vez que nunca mais ouviu falar do assunto.
- ⇒ Disse que concorda com a sugestão do Sr. Vereador Aurélio, de colocar o corta-vento no mercado, mas entende que antes de mais tem que se lutar por um mercado novo, porque é gastar dinheiro em vão. Concorde que se melhore, mas há que construir um mercado novo digno e compatível com a nossa cidade.

Apresentou também os seguintes reparos:

- ⇒ O jardim em S. Pedro está desprezado e não apetece lá ir, há que cuidar da situação.
- ⇒ Há um buraco grande no pavimento da Av.ª Vítor Gallo, em frente ao cemitério, que tem de ser reparado.
- ⇒ Voltou a pedir para serem retiradas as raízes da Rua das Chedas, na Vieira, porque fazem com que os carros batam no pavimento.

- O **Sr. Vereador Vítor Pereira** saudou todos os presentes.
 - ⇒ De seguida deixou um voto de reconhecimento a Giovana Vargas, medalha de bronze nos 200 metros mariposa, que foi convocada para a seleção nacional, para participar nos dias 12 e 13 de abril numa prova internacional em Chipre. É um feito que é de salientar, assim como o Voleibol do Sport Operário Marinhense, que vai disputar o jogo decisivo de subida à 2.ª divisão. É uma equipa totalmente amadora e é de realçar.
 - ⇒ Apesar de não poder ter estado presente, quis deixar uma nota de todas as entidades que promoveram atividades neste fim de semana:
 - MDM/Sindicato Vidreiro
 - Associação “Os vizinhos”
 - Desfile de moda dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria
 - Desfile de moda promovido por uma entidade privada
 - Exposição de pintura de Emanuel Gameiro, iniciativa da Câmara Municipal
 - Homenagem a Adriano Correia de Oliveira
 - Iniciativa do Clube dos Músicos, na Ordem
 - Festival de Teatro do Sport Operário Marinhense

Referiu que foi um bom fim de semana, que demonstra o dinamismo das nossas instituições, que saúda, enquanto Vereador da Cultura, e que enchem de orgulho de ser marinhense, numa altura em que os arautos da desgraça querem fazer crer que os marinhenses não gostam da sua terra, quando isso não é verdade. São iniciativas com custos baixos, feitas com empenho e dedicação das associações e com o apoio da Câmara.

- O **Sr. Presidente** salientou a iniciativa do PS, realizada no edifício da Resinagem, sobre as alterações climáticas e o que se passou nas nossas praias este inverno. Foi uma ação muito concorrida, com presenças que falaram sobre a revisão do POOC Ovar/Marinha Grande.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** saudou todos os presentes, congratulou-se com os méritos desportivos alcançados, tendo louvado ainda:
 - João Colaço, pela excelente participação na Maratona das Areias, que decorreu durante 7 dias, em condições muito duras, e que chegou ao fim nos primeiros 50 lugares.
 - A equipa de basquetebol em cadeira de rodas, da Associação Portuguesa de Deficientes, que será campeã nacional no próximo fim de semana.
 - A empresa CARFI, prémio de inovação no passado fim de semana, na área da domótica, e que já era uma PME de excelência.

De seguida abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Chamou a atenção para os azulejos da fachada do ATRIUM, que estão a cair, o que é perigoso e dá mau aspeto, pedindo para que se veja o que pode ser feito para resolver a situação.
- ⇒ Perguntou se já há notícias sobre o processo da construção do jazigo.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** saudou todos os presentes.

- ⇒ Saudou igualmente a reunião realizada na passada 4.^a feira, para tentar uma abordagem consensual para o programa de incentivo ao desenvolvimento económico da Marinha Grande. Referiu que os resultados não foram brilhantes mas não é só isso que conta, mas sim o estender da ação conjunta para além da reunião de Câmara, onde estão pressionados pelo tempo. Estas reuniões são fundamentais e saudáveis, e é bom que o executivo permanente saiba que os Vereadores da oposição estão prontos e disponíveis para participar sempre.
- ⇒ Referiu que o + Concelho está a preparar uma proposta, que irá apresentar, e convida todos a participar na sua elaboração, agora, antes de ser apresentada. O tema será: “Espaço de homenagem pública a pessoas marinhenses”. Há que difundir o gosto e o reconhecimento por ser

marinhense. Temos que gostar mais de nós e querer que os outros também gostem mais de nós. Gostaria que o 25 de abril ou outra data significativa para o concelho fosse assinalada desta forma, homenageando pessoas ou empresas que tragam reconhecimento ao concelho, pois não devemos ter medo de reconhecer o valor dos outros. Gostaria que o Presidente da Câmara refletisse sobre este tema e que em data oportuna marcasse uma reunião.

De seguida colocou as seguintes questões:

- ⇒ Foi alterado o modelo do concurso para a construção do canil/gatil, para concurso público, pelo que gostava de saber qual é o ponto de situação desse concurso.
- ⇒ A estrada de Casal dos Claros foi alargada pelo concelho vizinho, entronca na nossa Rua do Repouso e há um troço que não está tratado, pelo que gostava de saber o que é que está pensado fazer para esse troço.
- ⇒ Dado que se aproxima o verão, gostaria de ter informações sobre o ponto de situação da Ponte das Terceiras.
- ⇒ As zonas industriais são muito utilizadas por camiões, que passam a noite, pelo que deveriam estar dotadas de condições de apoio sanitário. Entende que se deve refletir sobre este tema, não pretende que seja um serviço gratuito, mas é essencial, e não vê outra entidade que o possa fazer senão a Câmara. Pede que se tome em consideração este investimento, que não é de grande monta, e que até poderá utilizar infraestruturas existentes, como seja o restaurante do Centro Empresarial.

▪ **325 - Terminadas as intervenções dos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente pôs à discussão o documento apresentado sobre a defesa da escola pública.**

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que este é um assunto que está na ordem do dia nacional, que é o dar cabo das funções sociais do Estado, na saúde, na justiça e agora na educação. É uma conquista do 25 de abril, temos que estar atentos, não é um ataque à escola privada, mas o Estado deve proporcionar a todos os cidadãos condições de igualdade independentemente das suas condições económicas. Enquanto entidade pública temos o dever de defender uma das conquistas do 25 de abril, que é a defesa da escola pública. No anterior Governo, apesar das críticas, que as tem, foi onde se investiu mais na escola pública. Por estas razões subscreve em absoluto o que consta do documento em apreço.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que está de acordo com o documento apresentado, e que estamos perante uma situação política, pura e dura. Não é a escola privada que está em causa, mas sim um direito fundamental e constitucional de defesa da escola pública para os que têm menos recursos. Antes do 25 de abril havia elitização do ensino, para perpetuar as classes dominantes e impedir o

acesso ao ensino dos filhos das classes mais pobres. É uma posição classista, anti-constitucional e aberrante.

Após ter sido interrompido pelo Sr. Vereador Carlos Logrado, prosseguiu referindo que tem um percurso político de coerência, apesar de ter andado na escola pública e privada. Terminou salientando a necessidade de defender o ensino para todos e mesmo para as classes mais humildes.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que a educação, a par da saúde e justiça, são os pilares fundamentais da nossa vida, e que nos permitem olhar para um futuro risonho. Há escolas públicas e privadas boas e más. Referiu como exemplo, e em resposta ao Sr. Vereador Vítor Pereira, que no Brasil o ensino público universitário é mais conceituado do que o privado. Há que olhar para a qualidade da educação, pois está tudo muito degradado e tem sido muito mal tratada, tanto a escola como os professores e educadores. Há um conjunto de circunstâncias que levaram a esta situação. Exige-se competência. Defende que a escola seja de formação profissional, no caso do nosso concelho. Conduz ao mesmo caminho que a educação convencional e dá frutos. É este o caminho: competência e formação profissional. Seja na escola pública ou privada. Se este apelo visa melhorar a educação, então que se apoie.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que está em discussão o ensino privado ou público. Para si é claramente público, mas não se pode demonizar o privado. O documento em apreço tem uma carga largamente politizada, bem visível na intervenção acalorada e entusiástica do Vereador Vítor Pereira. Estes assuntos estão demasiado politizados, e o + Concelho é muito mais abrangente. Na sua opinião o ensino em Portugal é muito melhor do que já foi, não é verdade que o ensino esteja degradado. Não concorda com a imensa injeção de meios públicos, como foi o Parque Escolar, pois a melhoria não se faz com o dinheiro. Melhorar, sim. Também não concorda com a criação de elites e a massificação desregrada do ensino privado, embora os bons ensinamentos do ensino privado tenham feito com que o ensino público melhorasse. O + Concelho é apologista do ensino privado, bem estruturado, com poucos incentivos do Estado, e que esses incentivos sejam unicamente em benefício dos mais desfavorecidos.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que o saber é cultura, e os países ricos são aqueles que investem na cultura, assim é que evoluem. Entende que a sua posição provocou a discussão e era isso que pretendia, debater o documento, tendo concluído que estão todos a favor de uma política de cultura. Para além da conotação puramente política concorda com a defesa da escola pública, embora questione algumas situações: era necessário que algumas escolas tivessem candeeiros Siza Vieira? Se calhar não era preciso tanto.

O **Sr. Presidente** disse que andou na escola privada na Marinha Grande, e felizmente que temos cá escola privada, mas também andou na escola pública. Não defende, como o Dr. Durão Barroso, que antes do 25 de abril a educação era

melhor. Gostaria que todas as escolas tivessem candeeiros Siza Vieira, porque o facto de serem escolas públicas não significa que não mereçam, uma vez que ele é só um dos melhores arquitetos mundiais. Isto é um documento político, apoiado por individualidades de várias áreas políticas, e por isso, como Presidente da Câmara, será o primeiro a assiná-lo.

Depois de terminar a sua intervenção, o Sr. Presidente colocou o documento à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho ficou encarregue de recolher as assinaturas dos membros do executivo e efectuar o envio à entidade subscritora.

Seguidamente o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:

- ⇒ Mercado – foi lá com a Chefe da DAM, teve uma reunião com a técnica do Centro de Saúde, falou com vendedores e utentes e vai-se intervir, com os nossos próprios meios, colocando um contentor e adquirindo uma máquina de gelo para o peixe. Tem que se suscitar a discussão sobre o novo mercado, não tem dogmas, há que ver os prós e contras, já foi saber se o projeto é viável para outros locais, e é, com algumas alterações.
- ⇒ Jardim de S. Pedro – a Câmara irá intervir, embora tenha poucos meios.
- ⇒ Buraco na Av.ª Vítor Gallo – estão a ser feitas estas intervenções, pois infelizmente não é só aqui que há buracos.
- ⇒ Rua das Chedas – conhece bem esta rua, está-se a intervir com o saneamento, está em contacto com o Presidente da Junta de Freguesia, e não vale a pena tirar as raízes sem o acordo dos proprietários.
- ⇒ Canil/gatil – o que se decidiu foi ir à Assembleia Municipal pedir autorização para investimentos plurianuais, porque a obra está nas competências do Presidente da Câmara, não tem que ser por concurso público. O Sr. Vereador Carlos Logrado interrompeu e afirmou que isso é um volte-face ao que foi decidido na reunião. O Sr. Vereador prosseguiu afirmando que não é verdade. Disse ainda que os técnicos estiveram envolvidos nos projectos da APA para reabilitação da costa, que tinham prazos, e só agora podem avançar para este projeto.
- ⇒ ATRIUM – os nossos serviços vão notificar o condomínio, porque é na parte privada.
- ⇒ Ponte das Tercenas – vai abrir antes da época de verão, ontem levou a primeira camada de asfalto. Agora tem que se compatibilizar com a nossa parte da estrada. Está tudo a correr bem, para que no início de junho se possa abrir a ponte, embora possa haver obras pontuais no verão. O estuarino está em audiência prévia.
- ⇒ Parque TIR – o processo está em andamento.
- ⇒ Restaurante do Centro Empresarial – houve alterações em obra que não foram certificadas. Está-se a mexer no projeto antes de as pessoas irem para lá, para

que depois não haja problemas. Questionado sobre prazos, referiu que não é fácil estabelecer, porque os serviços estão sempre a ser confrontados com situações para resolver. Pensa que durante este ano o projeto esteja pronto.

- ⇒ Rua do Repouso – na altura a Câmara de Leiria foi consultada, para uma obra conjunta, e não quiseram, e depois também houve problemas com as expropriações, pelo que aquele bocado não sofreu intervenção. Agora a Câmara de Leiria vai avançar. Nós este ano não vamos fazer nada, e a nossa parte ainda não está desbloqueada com os proprietários. A candidatura da obra está fechada, este troço foram trabalhos a menos, e agora o que tivermos que fazer será à nossa conta.

Às questões colocadas, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Escolas – este ano, nas férias grandes, a Câmara tem que intervir nas escolas, num investimento de cerca de 500 mil euros.
- ⇒ Ponte das Tercenas – ainda bem que a mandou fechar, apesar das críticas de que foi alvo, porque se veio a constatar que estava pior do que se supunha. Estão a ser feitos todos os esforços para a abrir antes do verão.
- ⇒ Parque TIR – estamos a pensar fazer o apoio neste parque e não nas instalações sanitárias do proprietário do restaurante do Centro Empresarial.
- ⇒ Estrada do Casal dos Claros – tal como o Vereador Paulo Vicente já disse, vamos tentar acabar a obra, com a qualidade com que foi feita, mas agora sem candidatura no próximo quadro de apoio.
- ⇒ Louvor – a todos os atletas marinhenses, fazendo suas as anteriores palavras.
- ⇒ Cemitério – espera que na 6.ª feira os marinhenses encontrem um cemitério mais ordenado e mais limpo, já com melhor acesso.
- ⇒ Jazigo – está a ser feito um levantamento exaustivo de todo o processo, porque não é só a construção do jazigo, e virá à reunião quando estiver na posse de todos os elementos. Já esteve nos técnicos e agora está no jurídico.
- ⇒ Canil/gatil – foi ontem discutido na CIMRL, estamos em falta, pelo que dentro de pouco tempo começaremos com a obra.

O **Sr. Vereador António Santos** pediu a palavra para enaltecer a posição de coragem e arrojo do Sr. Presidente da Câmara em fechar a Ponte das Tercenas, referindo que sempre o apoiou nesta decisão.

Após esta intervenção, o Sr. Presidente deu por concluído o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:55 horas às 11:10 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 8, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE ABRIL DE 2014

326 - Presente a ata n.º 8, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 03 de abril de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - ALTERAÇÃO À CONTA 51 – “PATRIMÓNIO” NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2013

327 - Presente informação da Área de Património nº I/461/2014 de 19/03/2014, propondo a alteração à conta 51- “*Património*” no âmbito da prestação de contas do ano 2013.

A Câmara Municipal após a análise da presente proposta e concordando com os fundamentos expostos na mesma, em cumprimento do disposto na alínea i), do nº 1, do artigo 33.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a presente proposta de alteração à conta 51 – “*Património*”, com efeitos reportados a 31/12/2013 e no âmbito da prestação de contas do ano 2013, bem como submetê-la à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea l), do nº 2, do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE E.M. UNIPessoal, S.A. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013

328 - Presente “Relatório de Gestão e Contas de 2013” da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A., referente à sua atividade económica e financeira no exercício de 2013, bem como documento de “Certificação Legal das Contas” e “Relatório e Parecer do Fiscal Único”, acompanhadas da Ata da Assembleia Geral de 26 de março de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 à Assembleia Municipal para cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal, S.A.

5 - APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 DAS EMPRESAS PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: LUSITÂNIAGÁS, S.A., CENTIMFE, OPEN, VALORLIS, S.A., SIMLIS, S.A. E COOPOVO CRL

329 - Presentes as contas do exercício de 2013 das entidades participadas pelo Município da Marinha Grande, a saber:

- Relatório de Gestão e Contas do exercício económico de 2013 da entidade LUSITANIAGÁS, S.A., acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Relatório e contas do exercício económico de 2013 da entidade CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização;
- Relatório e contas do exercício económico de 2013 da entidade OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização;
- Relatório e contas do exercício económico de 2013 da entidade VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Relatório e contas do exercício económico de 2013 da entidade SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Relatório e contas do exercício económico de 2013 da entidade COOPOVO – Cooperativa de Consumo do Povo da Marinha Grande, CRL, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Conselho Fiscal.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 à Assembleia Municipal para cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO 2013

330 - Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao exercício do ano 2013.

A Câmara Municipal após a análise e no cumprimento do disposto na alínea i), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício económico do ano 2013, constituído por 1526 páginas, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do mesmo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Para explicar tecnicamente os documentos de prestação de contas do ano de 2013, que constituem o ponto seguinte da ordem do dia, o Sr. Presidente solicitou a presença na reunião da Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, Dr.ª Sandra Paiva, que esclareceu as questões e dúvidas colocadas pelos Srs. Vereadores, nomeadamente sobre a COOPOVO, a SIMLIS, o cálculo das provisões, o património, e os alertas e recomendações dos auditores.

Terminados os esclarecimentos foi posta a votação a seguinte proposta:

7 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2013

331 - Presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2013, constituídos por:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapas de Execução Orçamental
- Anexos às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Gestão

e restantes documentos de prestação de contas, conforme as Instruções n.º 1/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 12 de julho, publicada no diário da República n.º 191 – 2.ª Série de 18 de agosto de 2001, na redação dada pela Resolução n.º 26/2013 de 14 de novembro, publicada em Diário da República, 2.ª Série de 21 de novembro de 2013, os quais se encontram integralmente elaborados, estão presentes nesta reunião camarária e encontram-se devidamente arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

A Câmara Municipal, após análise dos documentos indicados, e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma.

Mais delibera, nos termos do ponto 2.7.3.1 das Considerações Técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, propor à Assembleia Municipal a aplicação do resultado líquido do exercício de 2013, no montante de 1.683.886,21 euros da seguinte forma:

- 5% sobre a forma de reservas legais, tal como estipula o ponto 2.7.3.5. do referido diploma;
- o restante seja aplicado na conta 59 de resultados transitados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Gostaria de elogiar a prestação de contas apresentada e o relatório de auditoria. Realço ainda o facto da Camara da Marinha Grande não estar endividada. No entanto, entendo que o relatório de gestão devia ter sido apresentado com mais tempo para melhor análise e contribuição da minha parte. Insisto que devia haver uma reunião prévia só para analisar o relatório de gestão, e que este incluísse o relatório de actividades desenvolvidas, pois só recebemos as contas.

Sobre as contas, não se compreende porque a taxa de execução é apenas metade, sobretudo nas despesas e receitas de capital.

Os auditores alertam para o decréscimo de vendas e os resultados negativos da participada COOPOVO, que vêm desde 2009. Por isso recomendam a alienação da participação da Camara, seria importante que a Camara definisse a sua posição. Era fundamental perceber se a camara fica comprometida com estes resultados, sobretudo se terá de pagar parte ou a totalidade do passivo da COOPOVO. Também não ficou claro se a Camara nas Assembleias gerais dos últimos anos da COOPOVO participou procurando solucionar estes problemas.

Sobre a SIMLIS que está tecnicamente insolvente, a Camara tem lá mais de € 400.000, precisamos entender como pensa a camara recuperar este capital se for confirmada a insolvência. E no caso de insolvência que ónus terá a Camara no caso do reequilíbrio das contas. Tem de ser explicado de que forma o acréscimo de facturação que esta empresa vai necessitar, mencionado pelos auditores, implica no aumento dos preços aos munícipes marinhenses.

A Camara tem mais de 70 processos judiciais pendentes, e na auditoria fala apenas de 5 processos, com valor de provisão de 690.000. Questiono se será suficiente este valor de provisão, tendo em conta que o montante de um só, atinge o valor de 1,5 M€.

Quanto à atribuição de subsídios os auditores referem que dada a natureza pública das verbas em causa, é recomendado a revisão do processo de atribuição de subsídios e

acompanhamento e monitorização da aplicação dos mesmos com calendário definido previamente e eventuais penalizações por incumprimento. Ora isto é o que ando a dizer há muito tempo, da necessidade de ser feita a revisão. A Camara deverá atender a esta recomendação.

Sobre as reservas e as recomendações dos auditores, sobretudo os bens que não estão reflectidos nas contas ou os bens que já não estão em utilização, e deste modo não ser possível confirmar parte do Fundo Patrimonial, a Camara tem de tomar uma atitude.

Dado o parecer técnico favorável e a certificação das contas por parte dos auditores, e apesar das chamadas de atenção, das recomendações e reservas que a Camara deve ter em conta, voto favoravelmente.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto, também subscrita pelo Sr. Presidente:

“No ano de 2013 deu-se continuidade à execução das obras objeto de financiamento QREN, nomeadamente as relacionadas com a Requalificação Urbana do centro da cidade da Marinha Grande.

No último semestre foram despoletados diversos procedimentos de contratação pública na sequência de projetos elaborados e ou acompanhados pelos serviços da autarquia e que visam: a melhoria das condições da rede viária, do abastecimento de água, da remodelação da rede de saneamento, da requalificação de escolas e do espaço público e outras que visam no seu todo a melhoria das condições de vida da população do concelho da Marinha Grande.

Foram ainda executadas e concluídas obras de saneamento doméstico e pluvial nas 3 freguesias do concelho.

No que respeita ao abastecimento de água, procedeu-se à requalificação de diversos furos, como por exemplo o Furo da Pedrulheira. Foi preparado todo o processo da requalificação do Depósito da Boavista, cuja obra foi iniciada em janeiro de 2014. Foi adjudicado o projeto do Reservatório Apoiado na Estação e iniciado o procedimento de Contratação Pública, com consignação marcada para o final de Abril de 2014.

Foram realizados diversos investimentos na remodelação de equipamentos afetos a infraestruturas de abastecimento de água; foi remodelada a rede de Abastecimento de Água na Rua da Direita na Moita, Rua do Alecrim, Rua Júlio Braga Barros, entre outras.

Foram elaborados os projetos de requalificação da escola do pilado e a remodelação de edifício para a construção de cantina no mesmo lugar.

Foram concluídos os trabalhos inerentes ao projeto de requalificação da Rua da Panificadora e Rua das Laranjeiras, obras há muito requeridas pela população dos lugares da Embra e Engenho, respectivamente, que contemplam a remodelação de todas as infraestruturas da área abrangida pelos projetos, com especial ênfase na melhoria das acessibilidades e mobilidade. Na presente data estas obras encontram-se em fase de adjudicação.

No ano de 2013, finalmente, o executivo conseguiu concluir o negócio de permuta de terrenos com o Estado Português para a Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande, englobando nesta permuta uma área vital para a revitalização do centro da cidade da Marinha Grande: as Antigas Instalações da Fábrica da J. Ferreira Custódio. Para estas instalações, ainda em 2013, foi despoletado procedimento para a sua demolição e no final de 2013 concluiu-se os trabalhos de preparação do projeto de reconversão do espaço em zona de estacionamento público.

No ano de 2013, foram apoiadas as freguesias da Moita e Vieira de Leiria, de modo a serem criadas as condições para a construção de Casas Mortuárias, à semelhança do investimento já realizado na freguesia da Marinha Grande pela Câmara Municipal.

A autarquia manteve a sua política de apoios sociais, quer a particulares, quer a instituições.

Foram concedidos diversos apoios nas áreas do desporto e cultura à luz de anos anteriores, tendo sido reforçados os apoios na remodelação de infraestruturas desportivas e culturais, assim como na aquisição de equipamentos na área social.

Foram realizadas obras de reparação nas infraestruturas e edifícios municipais afetados pela intempérie de janeiro de 2013.

No ano de 2013 procedeu-se à abertura ao público do espaço da antiga Fábrica da Resinagem, com a criação de uma zona de atendimento ao munícipes, um espaço de exposição de arte contemporânea diretamente relacionado com o vidro e a criação de um circuito visitável da indústria de moldes, para além de outros espaços com funções variadas.

Abriu-se as novas instalações da Galeria Municipal, os serviços educativos e criou-se espaço adequado para os artesãos poderem ser visualizados em trabalho ao vivo.

Procedeu-se à reabertura do Museu do Vidro, depois das obras de reabilitação da receção e do próprio Palácio Stephens.

Procedeu-se a uma remodelação total e profunda do jardim central do património Stephens, mantendo a traça original.

Mesmo assim, todo o trabalho realizado teve como base o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, entre outras normas legais aplicáveis à contratação pública de bens e serviços e empreitadas, mantendo-se como linha mestra a não oneração das gerações futuras com encargos assumidos neste ano.

Toda a despesa assumida pela autarquia se conforma com a capacidade da mesma solver os encargos assumidos.

Cumprir salientar que foram mantidos os preços da água, do saneamento e dos RSU's, bem como a tabela de taxas e tarifas, sendo os praticados na Marinha Grande dos mais baixos da região.

No que respeita aos impostos municipais houve um extremo cuidado em não onerar o débil orçamento das famílias, aplicando as taxas mínimas legais no Imposto Municipal Sobre

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Imóveis (IMI), o que, apesar da reavaliação de imóveis determinada pelo Governo, se traduziu, em termos absolutos, numa redução de receita para o município. A mesma determinação se assistiu na criação de condições para o desenvolvimento económico e industrial do concelho com a criação do Regulamento de Apoio ao Investimento Industrial e à discriminação positiva na derrama isentando e/ou diminuindo as taxas às pequenas e médias empresas.

Houve uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos de modo a não onerar as gerações futuras em cumprimento do princípio do equilíbrio intergeracional.

Por tudo isto, pelo rigor e clareza que os documentos apresentam, atestados pela Certificação da Auditoria externa, as contas do ano de 2013 merecem o nosso voto favorável."

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

"A deliberação em apreço refere-se à prestação de contas de 2013 nas quais a CDU não teve intervenção direta.

No entanto, a exemplo de anos anteriores, votámos favoravelmente porque tecnicamente não nos oferecem quaisquer dúvidas, situação plasmada na Certificação Legal das Contas expressa pela Auditoria Externa.

Uma palavra final de apreço e reconhecimento pelo rigor técnico demonstrado pelos serviços."

8 - ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 47 DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.

332 - Presente auto de arrematação, de 25 de março do corrente ano, no qual consta a deliberação de adjudicação provisória da alienação do lote n.º 47 da Zona Industrial da Marinha Grande à sociedade EMMAD - Embalagens de Madeiras, Lda., pelo valor de cento e cinquenta e dois mil e quinhentos euros.

Presente certidão da autoridade tributária e aduaneira e declaração da segurança social, pelas quais se atesta que o adjudicatário provisório se encontra em situação regularizada perante o Estado.

Considerando que não existem quaisquer obstáculos à adjudicação definitiva da alienação do referido lote.

A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera adjudicar definitivamente a alienação do lote n.º 47, da Zona Industrial da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 9468/19950727 e inscrito na matriz predial urbana

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

da freguesia da Marinha Grande, sob o artigo n.º 11855, à sociedade EMMAD - Embalagens de Madeiras, Lda., com o NIPC 502445165, pelo valor de cento e cinquenta e dois mil e quinhentos euros.

Mais delibera notificar o adquirente para marcação da escritura pública no prazo de sessenta dias úteis, da qual devem constar as condições enunciadas na deliberação camarária, de 23 de janeiro passado.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “INSPEÇÃO MANUTENÇÃO DE GARRAFAS DE CLORO PARA DIVERSAS ESTAÇÕES DE CLORAGEM PARA O ANO DE 2014”

333 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 14114/2014 e informação JC/15/2014, ambas da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de *“Inspeção e manutenção de garrafas de cloro para diversas estações de cloragem para o ano 2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de inspeção e manutenção de garrafas de cloro, cujas tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 08/04/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a iniciar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 207.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimento e orçamento da despesa de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação dos serviços de *“Inspeção e manutenção de garrafas de cloro para diversas estações de cloragem para o ano 2014”*, tendo sido emitidos os cabimentos n.º 916/2014 e 917/2014, pela área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 4.418,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória preceituada no n.º1 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a prestação de serviços de *“Inspeção e manutenção de garrafas de cloro para diversas estações de cloragem para o ano 2014”*, por os pagamentos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços de *“Inspeção e manutenção de garrafas de cloro para diversas estações de cloragem para o ano 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, DE 1 FEVEREIRO A 31 DE MARÇO DE 2014.

334 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 26-12-2013, deliberou, de acordo com o artigo 32.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal:

- A. A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
 - 1. À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, independentemente do valor;
 - 2. Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
 - 3. Aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
- B. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

- C. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D. Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal em todas as sessões ordinárias deste órgão.

Considerando que, na sessão ordinária de 30-12-2013, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos propostos.

Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 20-02-2014, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal um aditamento à autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais referida nos parágrafos anteriores, nomeadamente:

- A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
 - 1) À aprovação de revisão ou atualização de preços de contratos já celebrados, desde que resultantes de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas nos clausulados contratuais;
- B) Nos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão de verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C) Nos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

Considerando que, na sessão ordinária de 28-02-2014, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento à autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais nos termos propostos pela Câmara Municipal.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/21/2014 de 10-04-2014 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande de 1 de fevereiro a 31 de março de 2014, que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal.

Atenta a informação prestada, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos

plurianuais assumidos de 1 de fevereiro a 31 de março de 2014, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida para o ano de 2014 pelo órgão deliberativo na sua sessão de 30-12-2013, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE MARÇO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014

335 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de março de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de março de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

12 - REQ. N. 445/14, DATADO DE 96/14 – PC N.º 96/14 , DATADO DE 28/03/2014 – SIMÕES SILVA E FILHOS, LDA.

336 - Presente pedido com o registo n.º 445/14, datado de 28/03/2014 relativo ao **pedido de informação prévia para instalação de um armazém**, num terreno sito na Rua das Cavadinhas, Tojeira de Picassinós, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16565 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 906, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 96/14, com data de entrada de 28/03/2014, apresentado por **Simões Silva e Filhos, Lda.**, com o NIPC 502 041 480, com sede na Rua dos Vasos, n.º 5 , Cruz d'Areia, Leiria.

Presente informação técnica, datada de 8/04/2014, que atesta ser viável, com condicionalismos, a operação urbanística em causa;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

1.- Informar, nos termos do disposto no artigo 16º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ser VIÁVEL a operação de instalação de um armazém, num terreno sito na Rua das Cavadinhas, Tojeira de Picassinós, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16565 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 906, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 96/14, com data de entrada de 28/03/2014, apresentado por Simões Silva e Filhos, Lda., com o NIPC 502 041 480, com sede na Rua dos Vasos, n.º 5, Cruz d'Areia, Leiria, com os seguintes condicionalismos:

a) O processo de comunicação prévia a apresentar deverá ser antecedido da apresentação, pelo interessado, e subsequente aprovação, de processo de obras de urbanização que consagre a criação de uma rede de drenagem pluvial que garanta a drenagem gravítica das águas pluviais, resultantes das áreas impermeabilizadas constantes na proposta, para a linha de água mais próxima ou para um coletor pluvial existente, com capacidade de suportar o aumento de caudal resultante da operação pretendida.

b) O processo de obras de urbanização deverá incluir, igualmente, a realização da totalidade dos trabalhos necessários à requalificação viária da Rua das Cavadinhas, ao longo da frente do prédio a que se reporta o presente pedido de informação prévia, nos termos nele constantes.

2.- Informar que o local se encontra dotado de infraestruturas de abastecimento de água, rede de drenagem de esgotos domésticos e rede de abastecimento de gás.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 264/14, DATADO DE 2014/02/21 – PC N.º 449/13, DATADO DE 2013/12/04 – PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.

337 - Presente pedido com o registo n.º 264/14, datado de 21/02/2014 relativo ao licenciamento e legalização de alterações a uma unidade industrial, sita na Estradada Nazaré, n.º 222, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.889 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.761-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/14, com data de entrada de 31/01/2014, apresentado por Portumolde – Moldes Portugueses, Lda., com o NIPC 500 727 236, com sede na Rua Augusto Costa , lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 10/04/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser aprovado, propondo o deferimento do processo com o condicionalismo de apresentação, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, dos projetos complementares aplicáveis.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto- Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a uma unidade industrial, sita na estradada Nazaré, n.º 222, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19889 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19761-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/14, com data de entrada de 31/01/2014, apresentado por Portumolde – Moldes Portugueses, Lda., com o NIPC 500 727 236, com sede na rua Augusto Costa , lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Assegurar a realização da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 345/14, DATADO DE 10/03/2014 – PC N.º 449/13, DATADO DE 04/12/2013 – IMOBILIARIA PONTO NOVO, S.A.

338 - Presentes requerimentos com registo de entrada n.º 1989/13, n.º 87/14 e n.º 345/14, de 2013/12/04, 2014/01/21 e 2014/03/10, respetivamente, constantes do processo n.º 449/13, a solicitar o licenciamento de obras de ampliação e alteração da moradia e de obras de construção de anexo, no prédio sito na Rua Carlos da Silva Couceiro, n.º 24, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6335 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.600, da respetiva freguesia, apresentado por IMOBILIÁRIA PONTO NOVO S.A., com o NIPC 503537292, com sede na Rua da Índia n.º 15, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datado de 2014-04/08, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a ser aprovado.

Após análise dos requerimentos, com registo de entrada n.º 1989/13, n.º 87/14 e n.º 345/14, de 2013/12/04, 2014/01/21 e 2014/03/10, respetivamente, e processo n.º 449/13, a solicitar o licenciamento de obras de ampliação e alteração da moradia e de obras de construção de anexo, no prédio sito na Rua Carlos da Silva Couceiro, n.º 24, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6335 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17600, da respetiva freguesia, apresentado por IMOBILIÁRIA PONTO NOVO S.A., com o NIPC 503537292, com sede na Rua da Índia n.º 15, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datada de 2014-04-08, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

2- A execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1915/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 440/13, DATADO DE 26/11/2013 – ANA LUÍSA CORREIA DE OLIVEIRA SISMEIRO

339 - Presente pedido com o registo n.º 1915/13, datado de 26/11/2013 relativo a licenciamento de **legalização de ampliações em duas frações** de um edifício situado no Largo Ilídio de Carvalho, n.º 23, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 822, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4786, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 440/13, com data de entrada de 26/11/2013, apresentado por **Ana Luísa Correia de Oliveira Sismeiro**, com o NIF 126446156, residente na Rua Eng.º André Navarro, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 9/04/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

1.- DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a legalização de ampliações em duas frações de um edifício situado no largo Ilídio de Carvalho, n.º 23, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 822. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4786, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 440/13, com data de entrada de 26/11/2013, apresentado por Ana Luísa Correia de Oliveira Sismeiro, com o NIF 126446156, residente na rua Eng.º André Navarro, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

a) Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;

b) Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao correto acabamento da obra.

2.- Delibera, igualmente, informar o requerente que a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor.

3.- Mais delibera informar o requerente que a abertura do estabelecimento de restauração e bebidas só poderá efetuar-se após registo, no “Balcão do Empreendedor”, da mera comunicação prévia respetiva, nos termos do n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

**16 - REQ. N. 1929/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 751/06, DATADO DE 11/12/2006 –
RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.**

340 - Presente processo n.º 751/06, e requerimentos n.º 895/13 e n.º 1929/13, registados em 2013/06/14 e 2013/11/27, respetivamente, referente a pedido de **licenciamento de alterações de moradia**, sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 23, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.722 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.422, dispondo de alvará de licença de construção n.º 30/11, apresentado por **RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.**, com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, concelho de Leiria.

Presentes alegações escritas e peças gráficas, apresentadas pelo requerimento n.º 1929/13, registado em 2013/11/27, em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico, datado de 2014/04/07, que atesta se encontrar o projeto em condições de merecer aprovação com condicionalismo.

A Câmara Municipal depois de analisar as alegações escritas e peças desenhadas apresentadas em sede de audiência prévia, por RODRIGUES E RIBEIRO, LDA., com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, concelho de Leiria, bem como o parecer técnico, datado de 2014/04/04, que se debruçou sobre as mesmas e considerando que as retificações apresentadas colmatam as deficiências apontadas ao projeto delibera DEFERIR o projeto de arquitetura de alteração da moradia sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 23, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.722 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.422, dispondo de alvará de licença de construção n.º 30/11, com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos seguintes elementos:

- a) Planta com a descrição atualizada das áreas dos compartimentos localizados no rés-do chão;**
- b) Planta de cobertura a indicar os tubos de queda de drenagem de águas pluviais;**
- c) Projetos das especialidades, nomeadamente as redes prediais de água e saneamento doméstico e pluvial, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - REQ. N. 1928/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 750/06, DATADO DE 11/12/2006 –
RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

341 - Presentes processo n.º 750/06, requerimentos n.º 894/13 e n.º 1928/13, registados em 2013/06/14 e 2013/11/27, respetivamente, referente a pedido de **licenciamento de alterações de moradia**, sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 24, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.723 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.423, da respetiva freguesia, dispondo de alvará de licença de construção n.º 20/11, apresentado por **RODRIGUES E RIBEIRO, LDA.**, com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, concelho de Leiria.

Presentes alegações escritas e peças gráficas, apresentadas pelo requerimento n.º 1928/13, registado em 2013/11/27, em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico, datado de 2014/04/04, que atesta encontrar-se o projeto em condições de merecer aprovação com condicionalismos.

A Câmara Municipal depois de analisar as alegações escritas e peças desenhadas apresentadas em sede de audiência prévia, por RODRIGUES E RIBEIRO, LDA., com o NIPC 500775478, com sede em Av. 11 de Julho, Memória, concelho de Leiria, bem como o parecer técnico, datado de 2014/04/04, que se debruçou sobre as mesmas e considerando que as retificações apresentadas colmatam as deficiências apontadas ao projeto delibera DEFERIR o projeto de arquitetura de alteração da moradia sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 24, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.723 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.423, da respetiva freguesia, dispondo de alvará de licença de construção n.º 20/11, com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos seguintes elementos:

- a) Planta com a descrição atualizada das áreas dos compartimentos localizados no rés-do chão;**
- b) Planta de cobertura a indicar os tubos de queda de drenagem de águas pluviais;**
- c) Projetos das especialidades, nomeadamente as redes prediais de água e saneamento doméstico e pluvial, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 482/14, DATADO DE 2014/04/02 – PC N.º 441/13, DATADO DE 2013/11/26 – VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO

342 - Presente requerimento n.º 482/14, datado de 2014/04/02, constante do processo camarário n.º 441/13, subscrito por **VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO**, NIF n.º 233933840, residente na Rua 10 de Junho, n.º 8, lugar de Moita, freguesia de Moita,

concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 10 de Junho, lugar de Moita, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 682 da referida freguesia de Moita, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2014/01/09. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/04/09.

Após análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 10 de Junho, lugar de Moita, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 682 da referida freguesia de Moita, com o número de processo 441/13, com data de entrada em 2013/11/26, apresentado por VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO, NIF n.º 233933840, residente na Rua 10 de Junho, n.º 8, lugar de Moita, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 493/14, DATADO DE 04/04/2014 – PC N.º 227/08, DATADO DE 18/06/2008 – VASCO MIGUEL JESUS FRANCO

343 - Presente requerimento n.º 227/08, datado de 2014/04/04, constante do processo camarário n.º 227/08, subscrito por VASCO MIGUEL JESUS FRANCO, NIF n.º 192482386,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

residente na Travessa da Rua de Diu, Bloco 15, 1.º – Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao projeto de alterações da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.283 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.311, da respetiva freguesia, à qual foi atribuído alvará de licença de construção n.º 14/13, emitido em 2013/06/13, com termo em 2015/06/12.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/04/10.

Após análise do projeto de alterações da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.283 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.311, da respetiva freguesia, à qual foi atribuído alvará de licença de construção n.º 14/13, emitido em 2013/06/13, com termo em 2015/06/12, com o número de processo 227/08, com data de entrada em 2008/06/18, apresentado por VASCO MIGUEL JESUS FRANCO, NIF n.º 192482386, residente na Travessa da Rua de Diu, Bloco 15, 1.º – Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, APROVAR o respetivo projeto de alterações, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, deverá apresentar o original do alvará de licença de construção n.º 14/13, emitido em 13/06/2013, para efeitos de aditamento ao mencionado alvará das alterações aprovadas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 406/14, DATADO DE 20/03/2014 – PC N.º 41/14, DATADO DE 11/02/2014 – ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA MONTEIRO

344 - Presente requerimento n.º 406/14, datado de 2014/03/20, constante do processo camarário n.º 41/14, subscrito por **ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA MONTEIRO**, com o NIF n.º 109080351, residente na Rua de Angola, n.º 56, 1.º, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da obra de “Construção de muro de vedação”**, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Sapinha, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 574.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/04/03, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de muros de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Sapinha, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 574, com o número de processo 41/14, com data de entrada em 2014/02/11, apresentado por António José de Sousa Monteiro, com o NIF n.º 109080351, residente na Rua de Angola, n.º 56, 1.º, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. A representação em Planta de Implantação de outros muros de vedação e eventuais edificações existentes no prédio objeto da operação urbanística em referência, não legítima ou licencia tais construções ou edificações, devendo o requerente proceder à sua regularização, caso não se encontrem devidamente licenciadas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 466/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 75/14, DATADO DE 14/03/2014 – RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA

345 - Presente pedido com o registo n.º 466/14, datado de 31/03/2014 relativo a **legalização de alterações em edifício de habitação e comércio/serviços**, sito na rua Prof. Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7237 e omissa na matriz predial, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 75/14, com data de entrada de 14/03/2014, apresentado por **Rodrigo Leal de Oliveira**, com o NIF 122 517 946, residente na rua Prof. Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, em Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 10/04/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser aprovado e os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, propondo o deferimento do presente processo nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações em edifício de habitação e comércio/serviços, sito na rua Prof. Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7237 e omissa na matriz predial, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 75/14, com data de entrada de 14/03/2014, apresentado por Rodrigo Leal de Oliveira, com o NIF 122 517 946, residente na rua Prof. Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, em Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 278/14, DATADO DE 24/02/2014 – PC N.º 53/13, DATADO DE 01/03/2013 – FOZMOLDES, LDA

346 - Presente pedido com o registo n.º 278/14, datado de 24/02/2014 relativo a licenciamento de alterações ocorridas em obra, ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) de uma unidade industrial localizada na Rua das Cavadinhas, n.º 1, Lameira da Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.675 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.682, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 53/13, com data de entrada de 01/03/2013, apresentado por **Fozmoldes, Lda.**, com o NIPC 503 833 703, com sede na Rua das Cavadinhas, n.º 1, Lameira da Embra, cujas obras se encontram tituladas pelo alvará n.º 79/13. Presente informação técnica, datada de 11/04/2014, que atesta serem as alterações passíveis de aprovação.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações ocorridas em obra, ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) de uma unidade industrial localizada na rua das Cavadinhas, n.º 1, Lameira da Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.675 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.682, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 53/13, com data de entrada de 01/03/2013, apresentado por Fozmoldes, Lda., com o NIPC 503 833 703, com sede na rua das Cavadinhas, n.º 1, Lameira da Embra, cujas obras se encontram tituladas pelo alvará n.º 79/13.

Delibera igualmente informar que deverá ser apresentado o original do alvará de licença de construção para se proceder ao aditamento previsto no n.º 7 do art.º 27º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 397/14, DATADO DE 18/03/2014 – PC N.º 438/13, DATADO DE 22/11/2013 – LUIS GASPAR & FILHOS, LDA.

347 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 397/14 de 18/03/2014, LUIS GASPAR & FILHOS, LDA., com o NIPC 500925992, com sede em Rua Central, n.º 1250, freguesia de Colmeias, concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização a fração “B” do edifício sito na Rua António Matos Bonita, Lote 3, Ordem destinada a estabelecimento de comércio de alimentos para animais de companhia e/ou criação, objeto de alterações interiores, aprovadas no âmbito do processo n.º 447/06.

Presente parecer técnico datado 11/04/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “B” do edifício sito na Rua António Matos Bonita, Lote 3, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de LUIS GASPAR E FILHOS LDA., com o NIPC 500925992, com sede na Rua Central, n.º 1250, freguesia de Colmeias, concelho de Leiria com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 518/14, DATADO DE 10/04/2014 – PC N.º 17/14, DATADO DE 17/01/2014
– SISTEMAS MCDONALD'S PORTUGAL,LDA.

348 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 518/14 de 10/04/2014, SISTEMAS MCDONALD'S PORTUGAL,LDA., com o NIPC 502167017, com sede em Lagoas Park, edifício 7, piso 2, Porto Salvo, a solicitar a autorização de utilização o edifício sito na Rua dos Bicas Amieirinha, destinado a estabelecimento de restauração, de procedimento de comunicação prévia de obras de legalização de alterações, no âmbito do processo n.º 17/14, sendo as obras em causa tituladas pelo comprovativo de admissão de comunicação prévia de obras de legalização de alterações emitido em 10/04/2014.

Presente parecer técnico datado 11/04/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “B” do edifício sito na Rua dos Bicas Amieirinha, , freguesia e concelho de Marinha Grande, destinado a estabelecimento de restauração, propriedade de SISTEMAS MCDONALD'S PORTUGAL,LDA., com o NIPC 502167017, com sede em Lagoas Park, edifício 7, piso 2, Porto Salvo ,com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 501/14, DATADO DE 07/04/2014 – PC N.º 83/13, DATADO DE 03/04/2013 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA

349 - Presente requerimento n.º 1920/13, datado de 25 de novembro de 2013, de Ana Catarina Barroca Batista, titular do processo de licenciamento de obras de urbanização destinadas à abertura de arruamento, com o n.º 83/13, para o qual foi emitido o alvará de obras de urbanização n.º 2/13, em 12/07, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15.033 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.036 e na matriz rústica sob o artigo n.º 2.083, localizado em Rua Vila Marinha, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória das redes de infraestruturas elétricas, rede de gás e rede de instalações de telecomunicações em loteamentos – ITUR – e a redução da caução prestada para o efeito.

Presentes documentos – certificados de inspeção e termos de responsabilidade pela execução das infraestruturas – relativos às infraestruturas de eletricidade e ITUR, apresentados pela interessada, através dos requerimentos n.º 343/14 e n.º 501/14 datados, respetivamente, de 10 de março de 2014 e 07 de abril de 2014.

Presentes informações técnicas que recaíram sobre os requerimentos n.º 1920/13, n.º 343/14 e 501/14.

Após análise da pretensão da requerente, Ana Catarina Barroca Batista, titular do processo de licenciamento de obras de urbanização destinadas à abertura de arruamento, com o n.º 83/13, para o qual foi emitido o alvará de obras de urbanização n.º 2/13, em 12/07, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15.033 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.036 e na matriz rústica sob o artigo n.º 2.083, localizado em Rua Vila Marinha, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória e a redução da caução prestada com vista à adequada execução das redes de infraestruturas elétricas, rede de gás e rede de instalações de telecomunicações em loteamentos – ITUR – e das informações técnicas que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara deliberou:

- 1. INDEFERIR, ao abrigo do n.º 10 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/ 2010, de 30 de março e pela**

Lei n.º 28/ 2010, de 2 de setembro – RJEU - o pedido de receção provisória das infraestruturas elétricas e de ITUR, apresentado através do requerimento n.º 1920/13, por o mesmo não ter sido acompanhado pelos documentos necessários e indispensáveis à receção das referidas infraestruturas, nomeadamente, termo de responsabilidade pela execução das infraestruturas elétricas e projeto de execução aprovado pela entidade competente – EDP - e, no caso das redes de ITUR, termo de responsabilidade pela execução da ITUR, emitido por instalador legalmente habilitado para o efeito;

2. DEFERIR, ao abrigo do n.º 10 do artigo 13.º e do n.º 1 do artigo 87.º do RJEU, o pedido de receção provisória das infraestruturas de gás, na sequência do requerimento n.º 1920/13, por ter sido entregue termo de responsabilidade da entidade instaladora e o certificado de inspeção da mesma, documentos necessários e indispensáveis à receção provisória da referida infraestrutura;
3. DEFERIR, ao abrigo do n.º 10 do artigo 13.º e do n.º 1 do artigo 87.º do RJEU, o pedido de receção provisória das infraestruturas elétricas, por ter sido entregue, na sequência do requerimento n.º 343/14, termo de responsabilidade da entidade instaladora e projeto de execução aprovado pela entidade competente – EDP;
4. DEFERIR, ao abrigo do n.º 10 do artigo 13.º e do n.º 1 do artigo 87.º do RJEU, o pedido de receção provisória da rede de ITUR, por ter sido entregue termo de responsabilidade de execução, emitido por instalador habilitado, na sequência do requerimento n.º 501/14, documentos necessários e indispensáveis à receção provisória da referida infraestrutura;
5. LIBERTAR, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 e do n.º 5 do artigo 54.º do RJEU - 90% do montante da caução relativa às componentes agora rececionadas, conforme descrito no quadro abaixo, identificado como Quadro I, no montante de 8.537,50 € (oito mil, quinhentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) da caução prestada através do depósito efetuado a favor da Câmara Municipal, a que respeita a guia de depósito n.º 9/2013 (NTL 1191), emitida em 01/07/2013, ficando retidos 2.563,11 € (dois mil, quinhentos e sessenta e três euros e onze cêntimos) correspondentes ao valor remanescente das componentes rececionadas provisoriamente e parcialmente.

QUADRO I

Infraestrutura	Estimativa Orçamental	% máxima a libertar	Montante máximo a libertar	Valor remanescente
Rede de abastecimento de água	570,36 €	-	-	57,04 €
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	540,68 €	-	-	54,07 €
Rede de águas residuais pluviais	1.913,58 €	-	-	191,36 €
Infraestruturas viárias – componentes executadas e a receber	2.560,98 €	-	-	256,10 €
Infraestruturas viárias – componentes não executadas, montante a reter	967,05 €	0%	0,00 €	967,05 €
Rede de energia elétrica	1.085,00 €	90%	976,50 €	108,50 €
Rede de telecomunicações – ITUR	5.495,00 €	90%	4.945,50 €	549,50 €
Rede de gás	2.595,00 €	90%	2.335,50 €	259,50 €
Diversos	400,00 €	70%	280,00 €	120,00 €
	16.127,65 €		8.537,50 €	2.563,11 €

- 6. Informar a requerente da necessidade de, de acordo com o n.º 2 do artigo 87.º do RJEU, requerer a competente vistoria, aquando da adequada conclusão das infraestruturas relativas à componente viária, com vista à receção provisória final das infraestruturas por parte desta Câmara Municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N. 420/14, DATADO DE 21/03/2014 – PC N.º 806/05 , DATADO DE 17/11/2005 – ÁLVARO MONTEIRO MARQUES

350 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de alteração e ampliação de moradia e construção muro, a que foi atribuído o número de processo 806/05, incidente sobre um prédio sito na Rua Esquerda, n.º 15, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo de Alcobaça sob o n.º 1.179 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 708, da referida freguesia de Moita, apresentado por Álvaro Monteiro Marques, com o NIF 169764168, com morada na Rua Principal, n.º 5D, lugar de Casais dos Ledos, Batalha, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 30/03/2006.

Presente informação técnica datada de 11/04/2014, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 30/03/2006, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de alteração e ampliação de moradia e construção muro, a que foi atribuído o número de processo 806/05, incidente sobre um prédio sito na Rua Esquerda, n.º 15, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo de Alcobaça sob o n.º 1.179 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 708, da referida freguesia de Moita.

- O atual titular do processo, Álvaro Monteiro Marques, com o NIF 169764168, com morada na Rua Principal, n.º 5D, lugar de Casais dos Ledos, Batalha, vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

- Pressupôs o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 103.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 312/07, emitido em 02/11/2007 e objeto de prorrogação, cuja validade terminou em 25/04/2009, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido

artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de alteração e ampliação de moradia e construção muro, a que foi atribuído o número de processo 806/05, incidente sobre um prédio sito na Rua Esquerda, n.º 15, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo de Alcobaça sob o n.º 1.179 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 708, da referida freguesia de Moita, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**27 - REQ. N. 420/14, DATADO DE 21/03/2014 — PC N.º 806/05 , DATADO DE 17/11/2005
— ÁLVARO MONTEIRO MARQUES**

351 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de alteração e ampliação de moradia e construção de muro, a que foi atribuído o número de processo 806/05, incidente sobre um prédio sito na Rua Esquerda, n.º 15, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo de Alcobaça sob o n.º 1.179 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 708, da referida freguesia de Moita, apresentado por Álvaro Monteiro Marques, com o NIF 169764168, com morada na Rua Principal, n.º 5D, lugar de Casais dos Ledos, Batalha, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 30/03/2006

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do RJUE Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, registado sob o requerimento n.º 420/14, datado de 21/03/2014.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de alvará de construção n.º 312/07, emitido em 02/11/2007 e objeto de prorrogação, cuja validade terminou em 25/04/2009, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 11/04/2014.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

Conceder a licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude das obras de alteração e ampliação de moradia e construção de muro, a que foi atribuído o número de processo 806/05, incidente sobre um prédio sito na Rua Esquerda, n.º 15, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo de Alcobaça sob o n.º 1.179 e

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 708, da referida freguesia de Moita, apresentado por Álvaro Monteiro Marques, com o NIF 169764168, com morada na Rua Principal, n.º 5D, lugar de Casais dos Ledos, Batalha, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, atendendo à atual conjuntura económica, ao interesse manifestado pelo requerente na conclusão da obra e posterior utilização do edifício, e ao impacte urbanístico negativo que um prédio inacabado/desocupado apresenta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: IOLANDA VELOSO DOS SANTOS MOITA – RESPONSABILIDADE CIVIL – DEFERIMENTO.

352 - Presente requerimento de 08-01-2014, da lesada, Iolanda Veloso dos Santos Moita, portadora do Bilhete de Identidade n.º 10864874 e titular do NIF 197052541, residente na Rua da Embra, n.º 133, 2430-108 Marinha Grande, solicitando o ressarcimento do valor dos prejuízos sofridos na sua viatura automóvel, no valor de 71,96€, ocorridos no dia 27 de dezembro p.p., pelas 21H15, quando ao desfazer a rotunda do Centro Comercial Atrium em direcção a S. Pedro de Moel, passou por um buraco não visível devido à chuva e sem sinalização, tendo danificado o lado direito na zona da roda.

Presente a respectiva Participação de acidente da Polícia de Segurança Pública (registo de entrada E/64/2014), acompanhada de declaração feita pela condutora da viatura Renault Megane, cinza, de matrícula 74-LR-51 no dia do acidente. Nesta Participação a PSP refere a participante informou que cerca das 21H25, após o sinistro, compareceu no local um trabalhador da Câmara que colocou então um sinal vertical D3b – Obrigação de contornar obstáculo e que se deslocou ao local tendo verificado «a existência de um buraco em quinas vivas, com cerca de 0,30 metros de largura; 2,00 metros de comprimento e 0,10 metros de profundidade, sinalizado apenas com um sinal vertical provisório D3b – Obrigação de contornar o obstáculo.».

Presente Informação n.º I/216/2014-FO, na qual se apreciam os factos invocados pela requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar a lesada Iolanda Veloso dos Santos Moita, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/216/2014 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e fica anexa à ata (Anexo 3), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 71,96€ (setenta e um euros e noventa e seis cêntimos), com IVA incluído,

apresentado por Iolanda Veloso dos Santos Moita, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais deliberou informar a lesada, que deve comparecer na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, munida do original do recibo comprovativo do pagamento das despesas suportadas com a reparação, por forma a poder assinar o respectivo recibo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**29 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL -
REQUERENTES: ALEXANDRE MIGUEL MATIAS SOARES E ESPOSA, SÓNIA MARISA DA
COSTA SOARES – INDEFERIMENTO FINAL**

353 - Presente requerimento apresentado em 25-01-2013, por Alexandre Miguel Matias Soares e sua esposa, Sónia Marisa da Costa Soares (registos de entrada n.º E/710/2013 e E/4744/2013), titulares dos NIF 228025673 e 222880172, respectivamente, residentes na Urbanização Quinta das Nespereiras, Lote F1, 2.º Frente, Marinha Grande, no qual solicitam indemnização pelos danos causados na sua viatura automóvel, no dia 19 de janeiro de 2013, por uma braça de um pinheiro existente no espaço público junto à gare de estacionamento da urbanização, onde o seu carro se encontrava estacionado.

Inconformados com a decisão já proferida pela seguradora do Município, os requerentes imputam a responsabilidade pelos danos causados na sua viatura ao Município da Marinha Grande, alegadamente por o pinheiro apresentar na zona partida sinais de deterioração e por falta de manutenção das árvores de domínio público.

Presente informação da DOT-Divisão de Ordenamento do Território, Serviço Municipal de Proteção Civil, afirmando que o pinheiro em causa não apresenta sinais evidentes de patologias comuns neste tipo de árvores, como agulhas secas ou fungos, aparentando um estado saudável.

Presente Informação jurídica n.º 1/2459/2013-FO, de 13-12-2013, na qual se apreciaram os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se concluiu pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e manutenção da árvore em causa que era saudável e apenas quebrou pela ação das fortíssimas rajadas de vento que assolaram o concelho no dia em causa.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Em reunião realizada no dia 06-03-2014, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia do requerente, tendo este sido notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respectivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/815/2014, de 11-03-2014, que foi recebido em 12-03-2014.

O prazo de audiência prévia de 10 dias úteis concedido ao requerente expirou no dia 26 de março de 2014, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações.

Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/2459/2013 - FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Alexandre Miguel Matias Soares e esposa, Sónia Marisa da Costa Soares, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao Município e o pressuposto da culpa, previstos nos artigos 9.º n.º 1 e 10.º da Lei n.º 67/2007, de 17 de Julho, porquanto não foram violados os deveres de vigilância e de conservação da árvore de onde proveio a braça partida que caiu sobre a viatura do requerente, evento que apenas resultou da intempérie e dos ventos ciclónicos que no dia em causa assolaram todo o concelho e o país.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - RECEÇÃO PROVISÓRIA

354 - Presente Auto de Receção Provisória da obra “Rede de águas residuais domésticas de Escoura – Concurso Público n.º 08/2010”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 30 de Junho de 2011, à empresa “Submerci, Construções e Urbanizações, Lda”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 394.º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 – RECOMENDAÇÃO I. RECOMENDAÇÃO II

RECOMENDAÇÃO I

355 - Considerando que:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

1. Se comemora este ano o 40.º aniversário da revolução ocorrida no dia 25 de abril de 1974;
2. A institucionalização de um regime democrático incluiu inevitavelmente o poder local democrático;
3. Ao longo dos últimos quarenta anos muitos dos nossos concidadãos prestaram relevantes serviços públicos a favor da Marinha Grande, desempenhando de forma abnegada múltiplas funções autárquicas;
4. Nem sempre se é célere na demonstração da gratidão devida a todos aqueles que desempenharam as mais relevantes funções públicas no nosso concelho;
5. Se justifica distinguir a título póstumo todos aqueles que, nestes últimos quarenta anos, exerceram os cargos de presidente da Assembleia Municipal e de presidente da Câmara Municipal;

Assim, a Câmara Municipal delibera recomendar ao Sr. Presidente da Câmara a concessão de uso privativo para instalação de sepulturas perpétuas nas quais estejam inumados anteriores presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, eleitos após 25 de abril de 1974, mediante o prévio pagamento da taxa prevista na Tabela de Taxas Municipais, a favor dos respetivos herdeiros legais.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

RECOMENDAÇÃO II

356 - Considerando que:

1. Se comemora este ano o 40.º aniversário da revolução ocorrida no dia 25 de abril de 1974;
2. António Marques Júnior foi um dos militares diretamente envolvidos na mudança de regime ocorrida em 25 de abril de 1974 e, nessa sequência foi membro do Conselho da Revolução, tendo falecido a 31 de dezembro de 2012;
3. António Marques Júnior passou parte da sua infância e juventude no concelho da Marinha Grande, tendo aqui frequentado a instrução primária, na Escola da Fonte Santa (1954-1957) e frequentado o Externato Afonso Lopes Vieira (antigas instalações junto aos bombeiros), entre 1957-1963;
4. António Marques Júnior, dadas as parcas possibilidades económicas da sua família, trabalhou, simultaneamente, na Fábrica Escola Irmãos Stephens;
5. António Marques Júnior desempenhou ainda relevantes cargos públicos, tendo sido eleito deputado à Assembleia da República entre 1991 e 2011;
6. É de inteira justiça reconhecer e homenagear todos quantos contribuíram de forma decisiva para a instituição de um regime democrático em Portugal;
7. É de inteira justiça sublinhar esse reconhecimento relativamente a quem viveu anos dos mais marcantes da nossa vida na Marinha Grande e nunca esqueceu esta Terra que se orgulha de o ter acolhido;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Assim, a Câmara Municipal delibera recomendar à Comissão Municipal de Toponímia a atribuição a um futuro arruamento da denominação Rua António Marques Júnior.

Mais delibera dar conhecimento da presente deliberação à sua família e à Associação 25 de Abril.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

357 - A Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para atuação da fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria no dia 24 e 25 de abril;
- Autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, para realização da IV Estafeta dos Cravos.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela do Pilado, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Publicidade alusiva à festa em honra de Nossa Senhora da Conceição, nos dias 2, 3 e 4 de maio de 2014;

O Sport Império Marinhense, solicita à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização de eventos de cariz recreativo e cultural, nos dias 18 de abril de 2014 e 20 de abril de 2014;
- Licenças para colocação de publicidade alusiva aos eventos.

O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para atuação de Concerto de banda Covers no dia 30 de abril;

Presentes informações nºs 16/AF, 17/AF, 18/AF e 19/AF de 10 de abril de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e

encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal **delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela do Pilado, o Sport Império Marinhense e o Clube Desportivo Moitense do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, publicidade e da autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - CD – ARICD REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

358 - Presente informação da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Institucionais e de Cooperação, que aqui se dá por integralmente reproduzida, contextualizando e descrevendo uma proposta de alteração estatutária aprovada em assembleia geral da CD – ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento e tornada obrigatória por força da publicação e entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, propondo a sua aprovação pela Câmara e pela Assembleia Municipais.

As propostas de alteração são as seguintes:

Denominação: CD – ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento,
Associação de Municípios

“Artigo 17.º/3 – As reuniões da Assembleia Intermunicipal são convocadas por meio de ofício, ou relativamente aos membros que previamente comuniquem o seu consentimento para o efeito, por correio eletrónico, contendo a indicação do dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem do dia.

Artigo 20.º/3 – A duração do mandato será igual à do mandato para os órgãos municipais.

Artigo 25.º - A fiscalização da atividade da Associação compete a um Conselho Fiscal, constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos pela Assembleia Intermunicipal por um período igual à do mandato para os órgãos municipais”.

Apreciados os fundamentos expostos na informação supra citada e na documentação que a acompanha, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo da competência conferida pelas alíneas s) e aaa) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a proposta de alteração dos estatutos da CD – ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento e submeter esta deliberação à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 25.º, n.º 1, alínea u) da mesma lei.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

Antes de ser posta a votação a proposta que se segue, que constitui o ponto 34 da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções sobre o novo Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família:

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que concorda com este plano de incentivo à natalidade no concelho, mas entende que para ser eficaz deve ter associado um plano de comunicação, senão não produz efeitos. Por outro lado parece-lhe um prazo demasiado longo o ter residência no concelho há pelo menos 3 anos, não lhe chocando que, no limite, não tivesse qualquer prazo, mas a decisão deve ir no sentido de reduzir este prazo, pelo que pede que seja refletido o encurtamento deste prazo.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que lhe parece um bom princípio o que está por detrás deste regulamento, que não é o apoio à criança mas ao agregado familiar em que a criança se enquadra, devendo-nos focar sobretudo no número de elementos do agregado familiar. Concorda com esta proposta, mas entende que os critérios, sobretudo do art.º 4.º, não serão os mais favoráveis. Se o objetivo é apoiar a família, o IAS serviria como indexante.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que há cuidados a ter face à realidade marinhense, quer em relação à permanência no concelho quer em função do número de elementos do agregado familiar.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que o IAS (Indexante de Apoio Social) é mais penalizador e em nada beneficia as famílias. Os critérios adotados têm que ver com a preservação dos agregados familiares tradicionais.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que se trata de um apoio às famílias mas é também um elemento diferenciador do nosso concelho. Para quem recebe é um apoio à família, para a Câmara é uma ferramenta para incentivar a fixação no concelho, criando filtros que impeçam situações indesejáveis. Aprova esta proposta e entende que deverão ser criadas condições para tornar esta grande ferramenta o mais eficaz possível, divulgando-a intensivamente.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que entende as questões colocadas, mas mantém a proposta apresentada, pois foi muito ponderada.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou, estando o regulamento enquadrado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se se pode aplicar a crianças nascidas antes desta data.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** esclareceu que a lei habilitante não é só essa e não há problemas na aplicação da retroatividade do regulamento.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

34 - APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - 2013/2017

359 - O primeiro regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família esteve em vigor até 30 de junho de 2013, desde essa data tem sido grandemente questionada, pelos munícipes, a continuidade do mesmo, ou a implementação de medidas semelhantes.

Durante o período em que o primeiro regulamento de Incentivo à Natalidade esteve em vigor, julho de 2010 a junho de 2013, usufruíram deste incentivo um total de 459 famílias, do concelho da Marinha Grande.

Considerando:

A importância que a área de Desenvolvimento Social deve assumir nas políticas autárquicas, nomeadamente, no contexto socioeconómico em que vivemos atualmente;

Que a família constitui um espaço privilegiado de realização pessoal e de reforço da solidariedade intergeracional, sendo dever do Estado a cooperação, apoio e incentivo ao papel insubstituível que a mesma desempenha na comunidade;

Que as atuais tendências demográficas, e as que se preveem para as décadas vindouras se traduzem num decréscimo significativo da taxa de natalidade;

Que o envelhecimento populacional tem provocado uma forte distorção na pirâmide geracional, com consequências negativas no desenvolvimento económico;

A crescente intervenção dos Municípios no âmbito das políticas de ação social, no sentido de promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, bem como o interesse em promover incentivos específicos que conduzam, por um lado, ao aumento da natalidade e, por outro, à fixação e melhoria das condições de vida de jovens famílias no Concelho;

Que nos termos da lei compete às autarquias locais a promoção da resolução dos problemas que afetam as populações, principalmente aquelas que se encontram mais desprotegidas;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Que o Município da Marinha Grande se encontra disponível para o estabelecimento de parcerias com o envolvimento da administração central e instituições particulares de solidariedade social, em condições a regulamentar;

A importância em inverter a situação atual relativa aos nascimentos, promovendo por um lado, a melhoria das condições de vida da população, especialmente das crianças nos primeiros meses de vida, e por outro, fomentando a economia do concelho, através da aceitação das despesas relativas ao bebé, realizadas em estabelecimentos comerciais do concelho, como forma de recebimento do valor do incentivo, impulsionando assim os hábitos de consumo no mesmo;

Que os municípios possuem atribuições no âmbito da ação social, nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Assim, no uso do poder regulamentar conferido pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa às autarquias locais e, ainda, no uso das competências conferidas pela alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibera apresentar à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, de acordo com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, a proposta de regulamento, apresentada em anexo (Anexo 4).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Entendo que o regulamento não pode produzir efeitos a 1 de Julho de 2013 quando a lei que o enquadra, a lei 75/2013, entrou em vigor em data posterior (Setembro de 2013). Também entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento bom se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento.”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para almoço, que decorreu das 13:15 horas às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de ser posta a votação a proposta que se segue, que constitui o ponto 35 da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções sobre a avaliação das candidaturas:

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** explicou o processo, referiu que não houve exclusões e sublinhou que não está aqui em discussão a questão dos valores a atribuir.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comentou, referindo que as candidaturas se qualificaram em função de critérios, e agora a Câmara dispõe de um montante para distribuir que será distribuído quantitativamente em função das pontuações obtidas pelas candidaturas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que em função dos fundos disponíveis e das verbas existentes elas serão distribuídas pelas candidaturas. Poderá haver candidaturas que não sejam contempladas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** entende que era melhor distribuir as verbas percentualmente em função da pontuação obtida, mas era para todos, o que seria mais justo.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** acha que não seria justo, porque daria verbas muito insignificantes, que não resolveriam coisa nenhuma a ninguém. É melhor atribuir apoios suficientes às candidaturas, e as que não receberam num ano receberão no ano seguinte. Também tem que ser vista a exequibilidade das obras candidatas e se elas são feitas ou não.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que compreende o pensamento do Sr. Vereador Vítor Pereira. Na sua opinião o que interessa é ser o mais justo possível, pelo que é urgente fazer o regulamento de apoio o mais rápido possível, para não dar aso a discricionariedade.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que está recetivo a receber todas as sugestões que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira quiser dar, mas o MpM anda distraído, porque já o afirmou em plena Assembleia Municipal, dizendo que não há regulamento, e o próprio Vereador tem levantado suspeições em várias ocasiões.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** sugeriu ao Sr. Vereador Vítor Pereira que marque uma reunião para fazer o regulamento.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não faz qualquer reunião, e se o Vereador Aurélio quer colaborar então que mande as sugestões, mas com dados concretos.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou se o regulamento já está em execução.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** informou que já está em execução e com dados concretos. Há *timings* e o trabalho dos Vereadores do executivo permanente é organizado pelos próprios.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que pensava que já houvesse este regulamento, e não percebe o que é que falta para conceder o apoio, dado que já se conhece a verba, as candidaturas aceites e o montante proposto por cada uma das candidaturas, ou seja, já se conhece tudo.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** informou que falta a ponderação das verbas a atribuir, que virá numa próxima reunião.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que a discricionariedade vem dessa situação, de fazer depender essa atribuição dos decisores.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** confirmou que a atribuição depende dos decisores e é para isso que cá estão, para decidir e para assumir as suas responsabilidades.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** entende que esse assumir de responsabilidades é relativo, e aqui o importante é os candidatos saberem o que lhes cabe. Não põe em causa as regras, mas os munícipes e os próprios candidatos não percebem esses critérios.

O **Sr. Presidente** disse que tem de se aguardar que as coisas apareçam, porque têm de ser feitas com alguma ponderação, e porque apesar de terem as suas limitações, os membros do executivo permanente estão aqui todos os dias a trabalhar.

O **Sr. Vereador António Santos** enalteceu o papel do Sr. Vereador Vítor Pereira, que disse não ser fácil, porque flexibilizou o regulamento que existe, introduzindo-lhe uma grelha objetiva, que acha que não prejudica ninguém.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

35 - AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA.

360 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi designado por despacho do Sr.º Presidente, de 22 de janeiro de 2014, a composição da comissão de apreciação das candidaturas;

Considerando que foram rececionadas 50 candidaturas nos termos do referido regulamento;

Considerando que a comissão de apreciação procedeu à avaliação das candidaturas nos termos do artigo 13.º do regulamento, conforme descrito nos relatórios fundamentados que se anexam;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento *“só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos”*.

Considerando que a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, nos termos do n. 4 do artigo 14.º do regulamento.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos do disposto nas alíneas o), p) e u) do n.º1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a admissão das candidaturas nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conforme avaliação da comissão de apreciação constante nos documentos anexos.

Mais delibera admitir, para efeitos de avaliação, candidaturas entregues fora de prazo, nos termos do n.º 3, artigo 11.º do mesmo regulamento.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Este processo de avaliação (selecção) das candidaturas, para contentamento de todos, escolheu uma única iniciativa de cada associação, em detrimento de outras apresentadas. Como exemplo no BIP excluímos o Festival da Canção Infantil ou o Concerto Primavera. Noutras situações não se escolheu nenhuma actividade, mas as actividades do ano 2013/14. Mas a prioridade passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns meses sobre esta discussão em reunião de camara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Temos praticamente 1/3 do ano decorrido e há alguns destes eventos que já se realizaram.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“A proposta que apresentámos e que foi votada favoravelmente foi fruto de um amplo trabalho desenvolvido por mim próprio e por um conjunto alargado de técnicos da Câmara. A apreciação das candidaturas teria forçosamente de ser efetuada ao abrigo do regulamento em vigor. Mesmo que algum outro regulamento tivesse sido entretanto aprovado a apreciação destas candidaturas teria sempre de o ser em função do regulamento anterior.

Procurámos uniformizar critérios que reduzissem o grau subjetivo de apreciações individuais. O levantamento de questões previamente elaboradas e escritas são a prova clara de que a discussão nestas reuniões não conduz rigorosamente a nada porque as decisões já estão tomadas anteriormente. Não é a primeira vez que tal situação acontece, o que, na nossa opinião, em nada prestigia o órgão a que pertencemos.

Não tenho dúvidas em afirmar que a transparência e a máxima objetividade estão consignadas nas propostas apresentadas.”

O Sr. Presidente subscreveu esta declaração de voto, com a seguinte declaração:

“Atento aquilo que o colega do executivo permanente declarou, e esta é uma proposta do executivo permanente, subscrevo na íntegra a declaração de voto.”

36 - ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL N.º 44, LOTE 44, À CANDIDATA ADMITIDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL LANÇADO PARA ESTE FIM, EM DEZEMBRO DE 2012 – VÂNIA PATRÍCIA VIEIRA SCHEIDEKER

361 - Presente informação n.º 524 da D.C.D., datada de 2 de abril de 2014, referente à necessidade de se dar continuidade ao realojamento de mais um agregado familiar, admitido no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 37 habitações sociais.

Considerando que, a habitação n.º 44, foi reservada de acordo com orientações superiores, com o objetivo de assegurar o realojamento de uma das famílias residentes no bairro velho do Camarnal;

Considerando que o agregado familiar em causa, posteriormente, veio a desistir da referida transferência habitacional;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que, neste momento o fogo de tipologia T2, sito na Rua Bairro do Camarnal, se encontra, de acordo com informação prestada pela DISU, em condições de ser habitada;

Considerando que, a constituição do agregado familiar da candidata em causa se adequa ao realojamento num fogo desta tipologia;

Considerando que, é interesse da própria ser realojada neste fogo,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 e 2 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, atribuir a habitação social abaixo indicada à candidata Vânia Patrícia Vieira Scheideker, contribuinte fiscal n.º 227 821 815.

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 19,01€ (vinte euros e setenta e três cêntimos) e, calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir do próximo mês de maio do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - PROPOSTA APRESENTADA PELO SR. VEREADOR AURÉLIO FERREIRA - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2014

362 - Desde o início deste mandato que tenho sido claro quanto ao que considero importante na política municipal de apoio ao investimento às actividades que se revestem de especial interesse económico e social, na minha perspectiva, aquelas que integram uma natureza industrial, comercial ou outra de especial relevância. Dei nota disso em diversos momentos salientando aquele que antecedeu a discussão dos instrumentos de gestão, designadamente o orçamento municipal, onde considerei que deveria ser contemplada a renovação do programa para o ano em curso.

Se o objectivo deste programa é o de «...facilitar e promover o investimento privado», criar condições favorecedoras para a criação e ampliação da actividade económica neste concelho, ele deve ser mais abrangente e não se reduzir apenas a apoios a um dos domínios da actividade, o industrial.

Neste âmbito, tendo em conta que:

1. O espírito dos benefícios deste programa é o de:
 - a. intervir adoptando medidas que facilitem e promovam o investimento privado;
 - b. incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande;
 - c. criar postos de trabalho.
2. Os benefícios a conceder aos/as beneficiários/as são:
 - a. a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas em função do número de postos de trabalho criados;
 - b. estabelecer um prazo reduzido para apreciação e decisão de todas as operações urbanísticas que visem a concretização de investimentos de desenvolvimento económico;
 - c. assumir os encargos com a execução dos ramais domiciliários de água e águas residuais.
3. O enquadramento deste programa tem a ver com as dificuldades económicas e sociais do momento e com o propósito de facilitar o desenvolvimento económico, com a construção de operações urbanísticas que possam ser reconhecidos como de especial interesse social e económico;

Proponho que:

1. Sejam apoiadas todos/as os/as que pretendem desenvolver actividades que cumpram os requisitos estabelecidos, a graduação estabelecida e que se revistam de especial interesse económico e social.
2. Proponho que o programa passe a designar-se “*Programa de Apoio ao investimento económico no concelho de Marinha Grande: 2014*”.
3. Que o programa passe a ter a redacção do documento em anexo.
4. Que a proposta seja aprovada em reunião dos órgãos executivo e deliberativo do Município e produza efeitos a 1 de Maio, data a partir da qual já terá ido à próxima reunião ordinária da assembleia municipal.

Anexo

PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO ECONÓMICO NO CONCELHO DE MARINHA GRANDE: 2014

Marinha Grande – Concelho económico: uma marca de referência

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante criar incentivos à criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe nas vertentes em que pode intervir adoptar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

Não se pretende, por escapar ao âmbito de intervenção municipal, suprir todas as dificuldades existentes, essa responsabilidade cabe ao Governo, designadamente criando condições para a obtenção de financiamento por parte das empresas.

O programa de apoio ao investimento económico visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e simultaneamente a criarem emprego.

Nestes termos, é prioritária a criação de um programa de apoio ao investimento económico no concelho da Marinha Grande, que concede aos/às beneficiários/as a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza económica e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

Na mesma linha, estabelece-se um prazo reduzido para apreciação e decisão de todas as operações urbanísticas que visem a concretização de investimentos de natureza económica.

A Câmara Municipal assume, ainda, os encargos com a execução dos ramais domiciliários de água e águas residuais.

1. Isenção ou redução de taxas pela realização de operações urbanísticas

1.1. Enquadramento da isenção ou redução de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas

O artigo 119.º, n.º 3, alíneas f) e g), do Regulamento municipal da edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção ou a redução até 50 % das taxas pela realização de operações urbanísticas a indústrias e armazéns que venham a ser reconhecidos como de especial interesse social e económico, a unidades hoteleiras ou outras de interesse turístico assim reconhecidas, bem como as que a Câmara Municipal considerar enquadráveis no âmbito deste programa.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, continua a agravar-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e, consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflecte necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequam-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a criação de benefícios, com carácter temporário, que visam fomentar, na medida do possível a criação de emprego e o desenvolvimento económico.

1.2. Termos

A isenção ou redução de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se à instalação, remodelação ou ampliação de unidades económicas que se revistam de especial interesse social e económico.

O especial interesse social e económico das unidades económicas é mensurado directamente através da criação de postos de trabalho e indirectamente em função do valor global do investimento.

A atribuição dos benefícios é efetuado em função de uma graduação do número de postos de trabalho a criar no concelho da Marinha Grande.

Consideram-se ainda postos de trabalho a criar no concelho da Marinha Grande aqueles que resultem da transferência de actividades de outras áreas territoriais.

A graduação é a seguinte:

De 3 a 10 postos de trabalho: 50 % de redução
De 11 a 15 postos de trabalho: 75 % de redução
Mais de 15 postos de trabalho: Isenção total

Em qualquer caso, os/as beneficiários/as gozam de isenção da taxa devida por ocupação de espaço público, durante o período estritamente necessário à execução das operações urbanísticas.

2. Prazos de decisão

Os processos que tenham por objecto operações urbanísticas destinadas à instalação ou ampliação de unidades económicas devem ser apreciados no prazo máximo de 8 dias, em cada uma das fases a que estão sujeitos.

No prazo indicado não se considera o período de tempo necessário à apresentação de elementos em falta.

3. Encargos com ramais domiciliários

Os promotores de investimentos abrangidos pelo presente programa não suportam os encargos relativos à execução dos ramais domiciliários de água e de águas residuais.

4. Condicionalidade

A criação dos postos de trabalho contratualizados deve ser comprovada através de documento do Instituto da Segurança Social, no prazo de um mês a contar da data de início efectivo da laboração, e no fim do período a que o apoio respeita.

As medidas de apoio ao investimento estão sujeitas à condição de manutenção dos postos de trabalho criados pelo período de um ano.

A não comprovação ou a redução do número de postos de trabalho contratualizados implica o pagamento do montante correspondente à isenção ou redução concedidas, acrescido de juros de mora.

5. Prazo

O presente programa de apoio ao investimento económico vigora até ao dia 31 de Dezembro de 2014.

O programa de apoio ao investimento económico abrange todas as operações urbanísticas em que não tenha sido ainda emitido o alvará de construção.

6. Contratualização

Os/as benefícios/as decorrentes do programa de apoio ao investimento económico são formalizados por escrito.

Antes de a proposta ser posta a votação, registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador António Santos** pediu explicações sobre o que se passou na última reunião de Câmara e na reunião de trabalho, nas quais, por razões profissionais, não pode estar presente, e porque entende que um documento desta envergadura deve obter o consenso.

O **Sr. Presidente** disse não haver consenso, porque o regulamento que existe é para o apoio industrial e o que aqui se propõe é para tudo, e algum desse apoio já está regulamentado.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que embora concorde com a proposta, mas porque não está quantificado o valor da receita/benefício e porque não há consenso, vai-se abster.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente pôs a votação a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, tendo a mesma sido rejeitada, por maioria, com 4 votos contra, 1 abstenção do Sr. Vereador António Santos e 2 votos a favor, do seu proponente e do Sr. Vereador Carlos Logrado.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“A proposta apresentada evita discriminações entre municípios e actividades económicas, reduzindo as desigualdades que o programa de apoio ao desenvolvimento industrial apresentado e aprovado em Janeiro continha.

Alargando o programa ao desenvolvimento económico, ao invés de desenvolvimento industrial, abarca todas as actividades, mantendo o mesmo espírito do inicial que foi: incentivar o investimento no concelho e criar postos de trabalho.

Não há qualquer alteração nos benefícios concedidos, a saber: reduzir ou isentar de taxas pela realização de operações urbanísticas em função do número de postos de trabalho criados; estabelecer um prazo reduzido para apreciação e decisão; assumir os encargos com a execução dos ramais domiciliários de água e águas residuais.

A proposta assume sempre que qualquer decisão terá em conta o especial interesse social e económico e inclui a mesma graduação.

Este programa é mais abrangente do que ao existente e não se compreende que se diga que não é necessário porque já existe o RMEU (Regulamento Municipal de Edificações e Urbanizações/2010) que é mais favorável, porque não obriga a criação de postos de trabalho. Porque se assim é, como se explica que tenha sido apresentado e aprovado um programa apenas para a indústria em 2013 e repetido em 2014, se já existia o RMEU? Se foi apresentado para a indústria porque não pode ser alargado às outras actividades?

Criar postos de trabalho na área dos transportes, não tem o mesmo significado que na indústria? Então os motoristas desempregados não têm a mesma importância que os fresadores em situação de desemprego?

Quando o executivo permanente quer afirmar a Marinha Grande como “um centro da engenharia e design”, faria sentido que existissem um conjunto de medidas conducentes a este objectivo, podendo este ser um dos programas estimuladores da dinamização destas actividades locais.

Por tudo isto esta proposta é justa, elimina as discriminações, permite que todos os sectores de actividade beneficiem de medidas estimuladoras da criação de emprego e de actividades produtivas, garantindo-se a equidade entre todos/as os/as que, nos dias de hoje, têm a coragem de investir e promover o desenvolvimento económico e social.

Só assim podemos afirmar que a igualdade se aproxima da justiça praticada pela administração pública local. Por tudo isto voto favoravelmente.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente e o Sr. Presidente proferiram a seguinte declaração de voto:

“Votámos contra a proposta de alteração do “Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande” porque:

1 - o termo “unidades económicas” é vago e subjetivo, não identificando de forma clara as actividades económicas abrangidas;

2 – o objetivo plasmado no programa em vigor é o do desenvolvimento industrial assente na criação de novos postos de trabalho e não na mera isenção ou redução de taxas a tudo e a todos, colocando no mesmo patamar actividades económicas muito distintas e com um diferente impacto em termos de criação de emprego e de reforço potencial da riqueza gerada no concelho;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

3 – a alteração proposta iria revogar automaticamente as isenções ou reduções de taxas previstas no n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento municipal da edificação e urbanização do município da Marinha Grande, prejudicando assim o pequeno comércio, as unidades hoteleiras ou outras de interesse turístico, fazendo-as depender dos postos de trabalho a criar sabendo da sua atividade sazonal, não atendendo aos diferentes ciclos de procura das actividades económicas, criando e potenciando situações de desigualdade;

4 - é discutível a admissibilidade legal da generalização de benefícios sem a pertinente justificação, que a proposta não contém. ”.

Os Srs. Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho subscreveram esta declaração de voto.

38 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia quinze de abril de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.534.476,38 €** (quatro milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis euros e trinta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

363 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

39. ANULAÇÃO DAS GUIAS DE RECEITA 2014/2/5134 E 2014/2/7498, EM NOME DE ZÉLIA MARIA PEREIRA OLIVEIRA, POR MOTIVO DE DUPLICAÇÃO DE EMISSÃO.

40. PROJETO DE FUSÃO POR INCORPORAÇÃO DA AMLEI NA CIMRL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

39 - ANULAÇÃO DAS GUIAS DE RECEITA 2014/2/5134 E 2014/2/7498, EM NOME DE ZÉLIA MARIA PEREIRA OLIVEIRA, POR MOTIVO DE DUPLICAÇÃO DE EMISSÃO.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

364 - Presente informação n.º 616 da D.C.D. (Divisão de Cidadania e Desenvolvimento), datada de 15 de abril de 2014, referente à necessidade de se proceder à anulação das guias de receita 2014/2/5134 e 2014/2/7498, emitidas em duplicado respetivamente em março e abril do corrente ano, no valor total de 9,70€ (nove euros e setenta cêntimos).

Considerando que, a arrendatária em epígrafe se dirigiu aos serviços, no sentido de regularizar as rendas que tinha em atraso;

Considerando que, a funcionária da Tesouraria, ao efetuar a pesquisa das rendas que estavam por liquidar em nome desta se apercebeu que, durante os meses de março e abril respetivamente, na aplicação das rendas haviam sido emitidas guias em duplicado, em nome da arrendatária em causa;

Considerando o correio eletrónico enviado, a dar conta do sucedido;

Considerando que, se desconhece por qual foi o motivo que a aplicação emitiu em duplicado as guias referentes aos meses em causa;

Considerando que, foram aleatoriamente escolhidos alguns números de identificação fiscal de alguns arrendatários e em nenhum dos casos se verificou a referida duplicação;

Considerando, por fim, a necessidade de se ver retificada esta situação;

Pelos fundamentos de facto apresentados, a Câmara delibera proceder à anulação das guias de receita 2014/2/5134 e 2014/2/7498, no valor total de 9,70€ (nove euros e setenta cêntimos), em nome de Zélia Maria Pereira Oliveira, contribuinte fiscal n.º 208584099.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - PROJETO DE FUSÃO POR INCORPORAÇÃO DA AMLEI NA CIMRL

365 - A Associação de Municípios da Região de Leiria, abreviadamente designada por AMLEI, foi constituída em 2003, por força da Lei nº 10/2003 e adaptada ao regime jurídico consignado na Lei nº 45/2008, de 27 de agosto, integrando os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, cujo fim específico passou a ser a “promoção do desenvolvimento regional integrado” no território deste conjunto de municípios.

Com a publicação da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi criado um novo regime jurídico aplicável às comunidades intermunicipais, cujas atribuições estão consignadas no artigo 81º e parte delas exercidas pela CIM RL nos termos do artigo 2º dos seus Estatutos.

As atribuições, objetivos e competências atribuídas à AMLEI, podem ser exercidas pela CIM RL ao abrigo do novo regime jurídico das comunidades intermunicipais, deixando de fazer sentido a subsistência daquela entidade.

Esta circunstância, aliada à economia de recursos – *pessoal, ocupação de espaços, consumo de materiais e exercício de funções de gestão, de entre outros* - que se conseguem com a fusão da AMLEI na CIMRL, constituem os principais objetivos do projeto em análise.

O projeto em análise tem em vista um processo de **fusão por incorporação da AMLEI na CIMRL**, a qual se realizará mediante a **transferência global do património da primeira para a segunda**.

Ante exposto, a Câmara Municipal delibera aprovar e submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal o **projeto de fusão por incorporação da AMLEI na CIMRL** nos exatos termos da proposta aprovada em Conselho Executivo da AMLEI e Conselho Intermunicipal da CIMRL, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea s) e para os efeitos da alínea u), do n.º 1, do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, dentro dos seguintes pressupostos:

- a) A fusão pressupõe a transferência do património da AMLEI para a CIM RL, com base nos valores contabilísticos constantes dos balanços à data de 31 de dezembro de 2013;
- b) Para além do património, será também integrado na CIMRL o pessoal ao serviço da AMLEI com salvaguarda de todos os seus direitos, e ainda quaisquer outros direitos e obrigações que impendam sobre a associação incorporada;
- c) A AMLEI será extinta na data da realização da escritura pública da fusão, data a partir da qual se produzirão todos os efeitos jurídicos resultantes da mesma;
- d) Com a fusão todos os ativos e passivos da AMLEI são integrados na CIMRL com exceção de 550 000 mil euros de dinheiro existente em depósitos bancários que são distribuídos em partes iguais pelos oito municípios associados da AMLEI, cabendo a cada um a quantia de 68 750 euros.
- e) A presente fusão produz efeitos contabilísticos e fiscais a partir de 1 de Janeiro de 2014, considerando-se que a partir dessa data todas as operações da AMLEI são feitas por conta da CIMRL, até à sua extinção jurídica na data da escritura pública de fusão.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
16/04/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 09

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

366 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião